

EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: OBSERVAÇÕES SOBRE O ENSINO DE LEITURA, ORALIDADE E PRODUÇÃO TEXTUAL

Letícia Karla Belmiro da Silva; Suellen Pamela Ramos Gomes; Edite Consuelo da Silva Santos.

Universidade Federal Rural de Pernambuco. leticiakbelmiro@hotmail.com. Universidade Federal Rural de Pernambuco. suellenufrpe@gmail.com. Universidade Federal Rural de Pernambuco. editeconsuelo@gmail.com.

Resumo: Nosso objetivo principal é fornecer um panorama geral da prática de ensino de leitura, oralidade e produção escrita em duas escolas da Região Metropolitana do Recife, a partir da experiência de estágio supervisionado. Para isso, abordaremos o que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) recomendam para o ensino de leitura, oralidade e produção escrita no componente curricular Língua Portuguesa; apontaremos as observações de duas graduandas sobre esse ensino em aulas de Língua Portuguesa em duas escolas da Região Metropolitana do Recife; e discutiremos tais observações a partir da comparação entre as práticas e o que é proposto pelos PCN de Língua Portuguesa. A discussão justifica-se pela possibilidade de reflexão sobre o que é recomendado nos Parâmetros e a prática de ensino na realidade escolar. A principal contribuição deste estudo é um indicativo de como duas escolas de uma região específica se adéquam a algumas exigências dos parâmetros e não a outras, como, por exemplo, o ensino de leitura. A ausência, nas duas escolas, da leitura programada e da de escolha pessoal, nos alerta a respeito dos problemas de leitura e, conseqüentemente, de escrita enfrentados pelos alunos nas escolas em todo o território nacional. A escassez de trabalho com a modalidade oral da língua pode indicar deficiências no ensino de língua no que diz respeito às necessidades dos alunos para se comunicarem oralmente. Os problemas no ensino da leitura e da produção escrita verificados na escola B podem se dever ao fato de o ensino de redação dar lugar hoje ao ensino de produção textual, por exemplo.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, ensino, leitura, oralidade, produção escrita.

1 Introdução

Disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura, o estágio supervisionado oportuniza os graduandos a considerarem aspectos fundamentais da docência, como a relação entre a teoria vista na universidade e a prática escolar; o dia a dia do professor nas mais diversas situações; a relação professor-aluno no contexto escolar; a pressão sofrida pelo professor para o cumprimento das exigências da administração escolar, dos documentos oficiais, dos pais etc. (PIMENTA & LIMA, 2012). Pimenta (2005, p. 149), em uma pesquisa com alunos e professores de licenciaturas sobre a importância do estágio, verificou que “todos os alunos e professores entendem o estágio como uma atividade que traz os elementos da prática para serem objeto de reflexão, de discussão, e que propicia um conhecimento da realidade na qual irão atuar”. O nosso foco, neste estudo, é analisar a prática dos docentes de Língua Portuguesa, especificamente no que diz respeito ao ensino-aprendizagem de leitura, oralidade e produção escrita, tendo como referências as recomendações sobre o assunto difundidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Essas observações foram feitas por duas alunas do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal Rural de

Pernambuco (UFRPE), durante a disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório II, nos semestres letivos 2016.2 e 2017.1.

A principal questão a que procuramos responder é: o ensino de leitura, oralidade e produção escrita, na Região Metropolitana do Recife, é feito segundo o que sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais? A nossa hipótese foi que os conteúdos e métodos abordados variam de acordo com as necessidades dos alunos e as condições de trabalho de cada professor e, portanto, poderiam diferir do que trazem os PCN. Nosso objetivo maior é traçar um cenário do ensino de escrita, oralidade e produção textual nas aulas de Língua Portuguesa nas escolas da Região Metropolitana do Recife, tomando como amostras as observações em duas escolas desta Região. Para atingir essa meta, (i) elencamos o que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) dizem sobre o ensino de leitura, oralidade e produção escrita no componente curricular Língua Portuguesa; (ii) trouxemos as observações feitas sobre esse ensino em aulas de Língua Portuguesa em duas escolas da Região Metropolitana do Recife e (iii) comparamos as observações com o que é proposto pelos PCN. Cabe-nos enfatizar que o objetivo da discussão não é julgar o trabalho do professor regente como bom ou ruim, se dentro ou fora dos parâmetros pré-estabelecidos, e sim apresentar um breve panorama do que é praticado na realidade escolar e refletir sobre essa prática real para melhorar a prática docente dos alunos da Licenciatura. A principal contribuição deste estudo é um indicativo de como duas escolas de uma região específica se adequam a algumas exigências dos parâmetros e não a outras, como, por exemplo, o ensino de leitura. A ausência, nas duas escolas, da leitura programada e da de escolha pessoal, nos alerta a respeito dos problemas de leitura e, conseqüentemente, de escrita enfrentados pelos alunos nas escolas em todo o território nacional. A escassez de trabalho com a modalidade oral da língua pode indicar deficiências no ensino de língua no que diz respeito às necessidades dos alunos para se comunicarem oralmente.

Faz-se necessário, ainda, apresentar breves conceitos considerados em nosso estudo. A disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório II, da qual apresentamos um recorte, trata-se de um estágio de observação de carga-horária de 90 horas, incluindo discussões sobre teoria e prática docente e a assistência às aulas do professor regente de Língua Portuguesa. Neste estudo, portanto, chamamos de estágio propriamente dito o período de observação da atuação do professor de Língua Portuguesa à luz do que trazem os PCN sobre o ensino de leitura, oralidade e produção escrita.

O restante do artigo está organizado da seguinte maneira: a seção 2 apresenta a metodologia utilizada no estudo; a seção 3, os resultados e as discussões que eles geraram; e a seção 4 traz as considerações finais sobre as nossas observações.

2 Metodologia

A pesquisa aqui apresentada foi bibliográfica, no sentido de pesquisa de obras como Pimenta & Lima (2012), Pimenta (2005) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998); e de campo, uma vez que as graduandas observaram as vivências *in loco*, no ambiente escolar. O estudo classifica-se também como indutivo, na medida em que partimos dos dados (daquilo que foi observado) para a comparação com o que é previsto nos PCN.

O documento que serviu de base para as discussões foram os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (1998). Os pontos para observação de que tratam este estudo – ensino de leitura, oralidade e produção escrita – foram cinco:

A. Os PCN indicam alguns gêneros textuais – fundamentais à participação social do aluno – para o trabalho de leitura, escuta e produção oral e escrita (tabelas das páginas 54 e 57). No entanto, deixa clara a possibilidade de trabalho com outros gêneros, quando afirma que “em função do projeto da escola, do trabalho em desenvolvimento e das necessidades específicas do grupo de alunos, outras escolhas poderão ser feitas” (p. 53).

Dentre os gêneros textuais presentes nas tabelas citadas, quais estão sendo trabalhados pelo(a) professor(a) regente no período da sua observação? Algum gênero textual que não está nessas tabelas está sendo trabalhado? Qual(is) o(s) critério(s) utilizado(s) pelo(a) professor(a) para a escolha dos gêneros trabalhados em sala de aula?

B. Os conteúdos propostos nos PCN para o ensino-aprendizagem da escuta de textos orais são:

compreensão dos gêneros do oral [...] articulando elementos linguísticos a outros de natureza não verbal; identificação de marcas discursivas para o reconhecimento de intenções, valores, preconceitos veiculados no discurso; emprego de estratégias de registro e documentação escrita na compreensão de textos orais, quando necessário; identificação das formas particulares dos gêneros literários do oral que se distinguem do falar cotidiano (p. 55).

O ensino-aprendizagem da produção de textos orais, por sua vez, tem os seguintes conteúdos propostos: (i) planejamento prévio da fala, (ii) seleção de recursos linguísticos adequados ao gênero; (iii) emprego de recursos escritos de apoio e (iv) ajuste da fala em função dos interlocutores (p. 58).



O(a) professor(a) regente trabalha gêneros textuais orais com os estudantes?

Se sim, qual(is) dos conteúdos citados estão sendo trabalhados, tanto na escuta quanto na produção de textos orais?

Se não, quais conteúdos de escuta e de produção de textos orais você trabalharia com os alunos **levando em consideração as condições de trabalho do(a) professor(a) que você está acompanhando?** Por quê?

C. Entre os conteúdos propostos nos PCN para o ensino-aprendizagem da leitura de textos escritos, estão:

- (i) a seleção de procedimentos de leitura de acordo com os interesses do leitor (leitura integral, inspeccional, tópica, de revisão e item a item¹);
- (ii) o “emprego de estratégias não lineares durante o processamento de leitura” (p. 55), que consiste em formulação e reformulação de hipóteses, avanço ou retrocesso na leitura, construção de sínteses parciais, inferência e consulta a fontes de informação complementares e
- (iii) “o estabelecimento das relações necessárias entre o texto e outros textos e recursos de natureza suplementar que o acompanham (gráficos, tabelas, desenhos, fotos, boxes) no processo de compreensão e interpretação do texto” (p. 56).

Qual(is) desses conteúdos está(ão) sendo abordado(s) pelo(a) professor(a) regente? De que maneira?

D. Entre os conteúdos propostos nos PCN para o ensino-aprendizagem da produção de textos escritos, estão:

¹ Segundo os PCN (1998), a leitura **integral** é a leitura do texto completo; a **inspeccional** é aquela feita para procurar determinadas informações em um texto, a fim de selecioná-lo (ou não) para uma leitura posterior; a **tópica** consiste na localização de informações pontuais, como no uso de um dicionário; a leitura **de revisão** é feita para verificar se devem ser feitas modificações no texto; e a **item a item**, por fim, é aquela em que se obedece a comandos para realizar uma tarefa, como pode ser feito em uma receita ou em um manual de instruções.

(i) A escrita de textos levando em conta “finalidade, especificidade do gênero, lugares preferenciais de circulação, interlocutor eleito” (p. 58).

(ii) “A utilização de marcas de segmentação em função do projeto textual: título e subtítulo; paragrafação; pontuação (ponto, vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, reticências); outros sinais gráficos (aspas, travessão, parênteses)” (p. 59).

Qual(is) desses conteúdos está(ão) sendo abordado(s) pelo(a) professor(a) regente? De que maneira?

E. As sugestões didáticas para a formação de leitores apontadas nos PCN (p. 72 a 74) são as atividades de leitura autônoma, colaborativa, em voz alta pelo professor, programada e de escolha pessoal².

Qual(is) dessas atividades está(ão) sendo desenvolvida(s) pelo(a) professor(a) regente? De que maneira?

Na disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório II, discutimos esses pontos no retorno das observações na instituição de ensino; cada estudante falava sobre suas experiências e as relações delas com a teoria e ouvia as dos colegas, interagindo com eles. É nessas discussões e nos relatórios de estágio resultantes que se baseia o texto da próxima seção.

3 Resultados e discussão

A primeira instituição de ensino observada, a qual chamaremos de *Colégio A*, localiza-se na cidade de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife, e é uma escola agrícola. Atende a um público com faixas etárias diferentes; as mais baixas correspondem ao Ensino Médio e Ensino Integrado (médio e técnico), que concentram alunos entre 14 a 18 anos, todos de acordo com as faixas etárias esperadas. Em geral, o Colégio conta com alunos de classes menos favorecidas ou da chamada classe média. Aqueles que não trabalham (principalmente os que estão matriculados no

² Os PCN (1998) trazem as seguintes definições: **leitura autônoma**: feita pelo próprio aluno, em silêncio; **colaborativa**: é a discussão do que foi lido individualmente, interrogando o texto e identificando elementos que veiculem preconceitos, argumentos, sentido figurado, entre outros; **programada**: é a leitura de uma obra por partes, em que o professor propõe a discussão de uma seção da obra a cada aula; **de escolha pessoal**: é a proposta de escolha, por parte do aluno, de uma obra para sua leitura, geralmente para posterior discussão ou apresentação em sala de aula.



Ensino Médio) e uma grande parte que apresenta vulnerabilidade econômica ganham auxílio para se manterem estudando. As famílias desses alunos têm sempre a liberdade de estar na escola acompanhando os filhos, mas, em geral, não o fazem devido à distância que moram; nesse caso, quando necessário, o contato é feito por e-mail ou cartas enviadas pelo coordenador pedagógico. O contato mais estreito entre professores e pais se dá nas reuniões de pais e mestres, que não acontecem com muita frequência.

O colégio passa por alguns problemas no que diz respeito ao uso de recursos tecnológicos na sala de aula. No polo sede, em São Lourenço, existe uma necessidade de aparelhos como data-show. No período observado, só estavam disponíveis dois deles, o que claramente não consegue atender às demandas da escola.

Quanto ao ensino de Língua Portuguesa, o Colégio A conta com duas professoras, que lecionam no Ensino Médio. Devido à demanda, precisaram “dividir” a disciplina em duas frentes: a primeira trabalha com Literatura e Redação e a segunda, com Gramática. Os PCN orientam alguns gêneros textuais que podem ser usados na sala de aula e apresentam algumas tabelas sobre eles, porém deixa claro que podem ser feitas outras escolhas de trabalho com outros gêneros, segundo as percepções e possibilidades do professor na sala de aula. Dentre os gêneros presentes nas tabelas, foram trabalhados em sala de aula apenas gêneros escritos: conto, romance, poema, crônica, notícia, charge e tira, resumo didático e propaganda, que estavam presentes no plano de ensino e apareciam no livro didático como gêneros que deveriam ser trabalhados, daí o critério de escolha desses gêneros. Os gêneros orais não foram trabalhados com os estudantes, mas, segundo as observações feitas em sala, poderiam ser muito bem planejados e trabalhados, inclusive porque alguns como teatro, entrevista ou cordel chamavam a atenção dos alunos. Além disso, poderiam ser trabalhados gêneros como seminário e debate que, na concepção dos alunos, não eram atividades claras.

Os PCN também propõem alguns conteúdos a serem trabalhados no processo de ensino-aprendizagem da produção de textos escritos, são eles: a finalidade, especificidade do gênero, lugares preferenciais de circulação, interlocutor eleito” (p. 58), “a utilização de marcas de segmentação em função do projeto textual: título e subtítulo; paragrafação; pontuação e outros sinais gráficos” (p.59).

Nesse sentido, a professora sempre se mostrou bastante competente, fazendo menção a cada um dos conteúdos propostos pelos PCN em suas aulas. Todas as produções textuais propostas partiram de um texto e da discussão dele, apresentaram uma finalidade, respeitaram a especificidade do gênero; foi definido em que lugares aqueles textos circulariam e quem os leria, além disso,

aspectos da gramática também foram contemplados após a escrita dos textos, através de questionamentos sobre as maiores dificuldades dos alunos, correção dos “erros” mais frequentes, práticas de retextualização, entre outras atividades.

Já no que diz respeito às seleções didáticas para a formação de leitores (P. 72 a 74 dos PCN), como a leitura autônoma, colaborativa, em voz alta pelo professor, programada e de escolha pessoal, basicamente todas são feitas em sala de aula, exceto a leitura programada e de escolha pessoal.

A leitura autônoma era feita de modo silencioso para que os alunos obtivessem o primeiro contato com o texto, feito isso passava para a segunda fase, a leitura colaborativa, em que a professora lia o texto com os alunos criando suposições, fazendo inferências, interrogando o texto, etc. Por vezes também era feita a leitura em voz alta pelo professor.

A Escola B, situada na cidade de Paulista, oferece os anos finais (5ª a 8ª série ou 6º ao 9º ano), Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Funciona nos turnos da manhã, da tarde e da noite. Segundo o diretor da instituição, a referida escola está com seu Projeto-Político-Pedagógico em fase de aprovação, na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, há quase dois anos.

Quanto ao componente curricular de Língua Portuguesa, os professores geralmente se dividem por turma. A professora regente ministrava aula nas turmas de nível fundamental e de nível médio.

Dentre os gêneros textuais apresentados pelos PCN, apenas o gênero notícia e o gênero receita foram trazidos pela professora regente, entretanto num formato estruturalista. Assim, os gêneros textuais foram trabalhados como se fossem engessados; distantes de um contexto situacional, de uma finalidade. Dessa forma, a impressão é de que o livro didático trazia aquele gênero textual como um pretexto para que os alunos apenas identificassem os verbos no imperativo.

A professora regente trouxe o texto “a Cidade e o Homem”, do Professor Waldecy Fernandes Pinto, dividiu a sala em grupos e pediu para que fizessem uma leitura silenciosa do texto. Em seguida, pediu que, após a leitura, analisassem a situação e produzissem um texto, apresentando soluções para a problemática trazida. Por último, o aluno deveria ir à frente da sala socializar com a turma as soluções criadas pelo grupo para sanar o problema.

O gênero trabalhado nessa atividade foi o gênero seminário, mas o único problema é que não houve “[...] (i) planejamento prévio da fala, (ii) seleção de recursos linguísticos adequados ao gênero; (iii) emprego de recursos escritos de apoio e (iv) ajuste da fala em função dos

interlocutores.” (p. 58), apenas a leitura de recortes do texto, pois os alunos não conseguiram formular um texto com propostas de resolução do problema.

Quanto ao “[...] estabelecimento das relações necessárias entre o texto e outros textos e recursos de natureza suplementar que o acompanham (gráficos, tabelas, desenhos, fotos, boxes) no processo de compreensão e interpretação do texto” (p. 56), frequentemente os alunos realizavam esses recursos nas atividades trazidas pelo livro didático.

Quanto à atuação da professora regente para a formação de leitores (P. 72 a 74 dos PCN), o modo mais utilizado era a leitura autônoma. O texto era lido, na maioria das vezes, no livro didático, assim, eles faziam uma leitura silenciosa para que, em seguida, respondessem às questões de compreensão e interpretação propostas no livro. Também poderia ser entregue cópia avulsa a cada aluno sobre algum tema específico.

Comparando a atuação dos professores nas duas escolas, foi possível observar que, nas duas escolas, os gêneros textuais foram selecionados de acordo com o que o livro didático trazia, e não com a realidade ou necessidade dos alunos, como sugerem os PCN. É importante considerar que existe uma cobrança por parte da escola e dos responsáveis dos alunos – embora nem sempre eles possam estar presentes na vida escolar dos alunos, como foi observado na escola A – para o uso do livro didático, o que pode limitar a atuação do professor com relação a materiais extras. Quanto ao trabalho com gêneros orais, o professor da escola A não o realizou no período de observação (e em outros períodos em que realizamos outras atividades de ensino), quando, na verdade, os alunos mostraram interesse em gêneros como o teatro e entrevista e desconhecimento de gêneros como seminário e debate, o que evidencia, mais uma vez, a não consideração dos interesses dos alunos. Na escola B, por outro lado, houve o trabalho com o gênero oral seminário na discussão de soluções para os problemas urbanos a partir da leitura de um texto sobre o tema, porém não houve planejamento prévio ou observações posteriores com relação ao comportamento linguístico dos alunos no seminário.

Quanto ao ensino de leitura, nas escolas A e B não houve a promoção de momentos de leitura livre e planejamento de atividades regulares de leitura, como a leitura programada, como recomendam os PCN. A falta de recursos materiais das famílias e da escola, que atende a classes menos favorecidas, pode desfavorecer esse trabalho. Nas atividades de leitura na escola, a professora da escola A empregava estratégias de leitura como formulação de hipóteses, construção de sínteses e inferências, o que auxiliava os alunos na compreensão do texto; na escola B, os procedimentos de exploração do texto eram feitos predominantemente de acordo com o que trazia o

livro didático, com exceção da leitura autônoma observada e das discussões entre os alunos a partir dessa leitura. Na mesma escola, foi observada a leitura de uma receita apenas para abordar o modo verbal imperativo, usando o texto como pretexto para atividades puramente gramaticais, sem considerar o contexto e a finalidade do texto.

Vale salientar o trabalho com a produção textual na escola A: o aluno considerava o que, para quê e para quem escrever, como defende Suassuna (2011) quando diferencia uma proposta de produção textual de uma proposta de redação. Além disso, as questões de gramática eram abordadas a partir das produções dos próprios alunos, o que lhes dá protagonismo e condiz com o que trazem os PCN (1998) e Suassuna (2011).

As escolas A e B, portanto, atendem a algumas recomendações dos PCN no que diz respeito ao ensino de oralidade, escrita e produção textual, e não a outras. É importante frisar que o tempo de observação foi curto em relação ao trabalho desenvolvido em todo o ano letivo.

4 Conclusões

Observando a prática pedagógica da professora regente e unindo as leituras feitas sobre os PCN, é necessário frisar que muitas vezes o seu trabalho foi pertinente, objetivo e conivente com os que os documentos oficiais orientam. Em contrapartida, alguns aspectos foram menos explorados por n motivos, alguns deles deveriam ser promovidos não só pelo professor, mas pela escola, tal como as questões que envolviam leitura e biblioteca. É importante lembrar também, que a realidade da escola é diferente da realidade que os PCNs abordam, alguns problemas de ordem socioeconômica acabam afetando no desenvolvimento das atividades, assim como problemas no que diz respeito a carga horária elevada do professor ou ordens advindas do regimento da escola que precisam ser respeitadas.

A formação docente, por outro lado, ultrapassa os limites da sala de aula, pois não se concretiza de uma só feita. Pelo contrário, é um processo contínuo que não se engessa e nem se estagna, moldando-se aos conceitos teóricos aprendidos durante o curso de licenciatura, mas é composta por um conjunto de experiências vividas e adquiridas através da relação entre teoria e prática. Dessa forma, a prática docente é repleta de desafios. E, que, o professor deve sempre buscar aperfeiçoamento, tendo consciência de que exerce um papel de construtor de conhecimento.

Estudos futuros poderiam englobar mais escolas em diferentes estados e regiões do país, para que possamos ter um panorama cada vez mais completo do ensino de Língua Portuguesa no Brasil e, a partir dele, sejam possibilitadas reflexões e ajustes desse ensino no país.

A experiência adquirida com a Prática do Estágio Supervisionado, juntamente com a leitura dos documentos oficiais que regem a educação brasileira, proporcionou uma boa reflexão sobre como é a realidade docente em sala de aula. Dessa forma, sem essa junção, nosso aprendizado ficaria incompleto quando saíssemos da universidade e fôssemos vivenciar o dia-a-dia escolar.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: Unidade teoria e prática?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SUASSUNA, Livia. **Ensaio de pedagogia da língua portuguesa**. 3. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.